
O DEBATE ÉTNICO-RACIAL NO SERVIÇO SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DO CAMPUS DE BREVES (MARAJÓ/PA) (2009-2019)

THE ETHNIC-RACIAL DEBATE IN SOCIAL WORK: REFLECTIONS ON THE PERFORMANCE
OF THE SOCIAL SERVICE FACULTY OF CAMPUS DE BREVES (MARAJÓ / PA) (2009-2019)

Sara Soares de Araújo (*in memoriam*)¹

<http://lattes.cnpq.br/0264648877110697>

<https://orcid.org/0000-0002-2113-7140>

Jacqueline Tatiane da Silva Guimarães²

<https://orcid.org/0000-0001-5485-6611>

<http://lattes.cnpq.br/0016401443592564>

Recebido em: 22/01/2021

Aceito em: 05/04/2021

RESUMO: No presente artigo abordamos sobre o debate étnico-racial na formação acadêmico-profissional de Serviço Social, no qual centramos as nossas análises no ensino, pesquisa e extensão da Faculdade de Serviço Social do Campus Universitário do Marajó/Breves da Universidade Federal do Pará (FACSS/CUMB/UFPA), contemplando o período de dez anos (2009 - 2019) de existência do referido curso na região marajoara. Temos os seguintes objetivos: I) analisar os Projetos Pedagógico de Curso (PPC) produzidos nos anos de 2009, 2011 e 2016; II) Verificar os conteúdos dos relatórios anuais da FACSS/CUMB/UFPA e III) Analisar os trabalhos de conclusão de curso defendidos entre os anos de 2009 a 2019. A presente pesquisa trata-se de um estudo exploratório que pauta-se em levantamento bibliográfico e documental, que ao utilizar a abordagem qualitativa, tem como objetivo realizar uma análise da formação dos profissionais de Serviço Social no Marajó. Para alcançarmos os objetivos desta pesquisa, inicialmente, tratamos sobre as expressões da Questão Social e as suas articulações com a desigualdade racial, para então nos debruçarmos sobre as produções do Serviço Social que dialogam sobre as relações étnico-racial, neste sentido, destacamos as produções apresentadas e publicadas em um dos principais eventos fomentados pela categoria como o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), considerando os anos de 2016 e 2019, assim como para pensarmos a realidade local também recorreremos às dissertações e teses defendidas no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) do estado do Pará a fim de verificarmos a recorrência de temas que abordem a temática étnico-racial. Após estas considerações iniciais, apresentamos o município de Breves, tais como os seus aspectos históri-

¹ Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará - Campus Universitário do Marajó/Breves, mestranda em Educação e Cultura pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC) do Campus Universitário do Baixo Tocantins/Cametá da UFPA e integrante do Grupo de Pesquisa DHIDAM da FACSS/CUMB/UFPA.

² Assistente Social, Mestre em Serviço Social, Doutora em Educação, Docente Efetiva da Faculdade de Serviço Social do Campus Universitário do Marajó/Breves da UFPA (FACSS/ CUMB/UFPA), Coordenadora do Programa e líder do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Infâncias e Diversidade no Arquipélago do Marajó/DIDHAM. E-mail: jacquetsg@gmail.com.

cos, geográficos, sociais e econômicos. Tomando estes aspectos, incursionamos pela trajetória da Faculdade de Serviço Social no Marajó, que formou 5 (cinco) turmas de bachareis em Serviço Social, atendendo às demandas de diferentes municípios marajoaras.

Palavras-chave: Relações étnico-raciais. Formação Profissional e Serviço Social. Pesquisa e Ensino.

ABSTRACT: In this article we discuss the ethnic-racial debate in the academic-professional formation of Social Work, in which we focus our analysis on teaching, research and extension of the Faculty of Social Service of the Marajó University Campus / Breves of the Federal University of Pará (FACSS / CUMB / UFPA), covering the ten-year period (2009 - 2019) of the said course in the Marajoara region. We have the following objectives: I) to analyze the Pedagogical Course Projects (PPC) produced in the years 2009, 2011 and 2016; II) Verify the contents of the annual reports of FACSS / CUMB / UFPA and III) Analyze the conclusion papers of the course defended between the years 2009 to 2019. This research is an exploratory study based on a bibliographic survey and documentary, which, using the qualitative approach, aims to carry out an analysis of the training of Social Service professionals in Marajó. To reach the objectives of this research, initially, we dealt with the expressions of the Social Question and its articulations with racial inequality, and then we looked at the production of Social Work that dialogue about ethnic-racial relations, in this sense, we highlight the productions presented and published in one of the main events promoted by the category such as the Brazilian Congress of Social Workers (CBAS), considering the years 2016 and 2019, as well as to think about the local reality we also resort to the dissertations and theses defended in the Graduate Program in Social Work (PPGSS) in the state of Pará in order to verify the recurrence of themes that address the ethnic-racial theme. After these initial considerations, we present the municipality of Breves, such as its historical, geographical, social and economic aspects. Taking these aspects into account, we went through the trajectory of the Faculty of Social Work in Marajó, which formed 5 (five) classes of bachelors in Social Work, meeting the demands of different Marajoara municipalities.

Keywords: Ethnic-racial relations. Professional Training and Social Work. Research and Teaching.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de caminhada acadêmica proporcionada pelo grupo de pesquisa e programa Direitos Humanos, Infâncias e Diversidade no Arquipélago do Marajó (DIDHAM)³, vinculado à Faculdade de Serviço Social do Campus Universitário do Marajó/Breves (CUMB) da Universidade Federal do Pará (UFPA), em que por meio das ações de extensão realizou a “1 Semana Ser Negro no Marajó”, que ocorreu no mês de outubro de 2017, dando centralidade ao debate étnico-racial que surgiu como uma importante demanda que necessitava ser fortalecida no âmbito acadêmico. No ano seguinte consolidamos o “Ser Negro no Marajó” como projeto de extensão, estando, atualmente, na sua quarta versão, intencionando

³ O Programa DIDHAM, Coordenado e liderado pela Profa. Dra. Jacqueline Guimarães, iniciou com o projeto de extensão “Educação em/para os direitos humanos: reflexões sobre Infância e diversidade junto aos profissionais da educação pública do município de Breves (Marajó/PA)” em 2017, tendo sido contemplado pelo edital do Programa Institucional de Bolsa de Extensão (PIBEX/UFPA) e logo depois teve as suas ações articuladas ao projeto de pesquisa “Direitos humanos e infância no Marajó” incentivados pelas bolsas do edital 2018 e 2019 do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UFPA) e o Programa de Apoio ao Doutor Pesquisador (PRODOUTOR/UFPA).

fortalecer uma rede de pesquisadores e profissionais que atuem em torno do tema em questão.

As ações extensionistas do DIDHAM são alicerçadas pelas ações de pesquisa e ensino a fim de fortalecer uma educação antirracista na região do Marajó Ocidental, tomando diferentes frentes de atuações, dando especial destaque às políticas públicas e à atuação do assistente social. Tais intencionalidades são frutos dos seguintes questionamentos: I) Os profissionais do Serviço Social que atuam na realidade marajoara conseguem perceber os indícios do racismo estrutural? II) A formação acadêmica dos atuais e futuros profissionais permite que tenham uma percepção da desigualdade racial?

Considerando a trajetória, brevemente, descrita quanto as raízes desta pesquisa, salientamos que esse texto se constitui em ampliação e aprofundamento de estudos realizados por Araújo (2020)⁴ e Guimarães (2020b), que representam um dos primeiros resultados e metas alcançadas pelo DIDHAM no que se refere às produções científicas que problematizam o debate étnico-racial na área do Serviço Social, considerando a realidade marajoara.

Logo, a presente pesquisa, a fim de atender aos questionamentos e intencionalidades registradas, recai as suas reflexões quanto ao processo de formação de assistentes sociais no município de Breves/PA, tomando os anos de 2009 a 2019, seguindo os seguintes objetivos: I) analisar os Projetos Pedagógico de Curso (PPC) produzidos nos anos de 2009, 2011 e 2016 a fim de compreender como se realizou o debate étnico-racial na FACSS/CUMB/UFPA; II) Verificar os conteúdos dos relatórios anuais da FACSS/CUMB/UFPA no período de 2009 a 2019 e III) Analisar os trabalhos de conclusão de curso defendidos entre os anos de 2009 a 2019, observando como se deu o debate étnico-racial, bem como a sua recorrência.

Deste modo, inicialmente, abordamos sobre as expressões da Questão Social e as suas articulações com a desigualdade racial, entendendo essa desigualdade como um processo histórico que se apresenta de diversas formas de acordo com a formação dos Estados-nação, e que no Brasil tem suas particularidades econômicas, políticas, culturais e sociais. Para as articulações deste debate utilizamos as contribuições, em especial, de Yamamoto (2015), Almeida (2016), Nascimento (2016), Almeida (2018), Theodoro (2004), Munanga (2019).

Posteriormente, apresentamos a questão étnico-racial na produção do Serviço Social destacando um dos principais encontros fomentados pela categoria: o Congresso Brasileiro de Serviço Social (CBAS), tomando os anos de 2016 e 2019, assim como recorreremos às dissertações e teses defendidas no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da UFPA a fim de verificarmos a recorrência de temas que abordem a temática étnico-racial na realidade local. Para este levantamento utilizamos as informações disponíveis nas páginas eletrônicas CBAS e do PPGSS/UFPA⁵.

Após estas considerações iniciais, adentramos a realidade marajoara, tratando sobre os aspectos históricos, geográficos, sociais e econômicos que envolvem o município de Breves/PA, destacando a sua centralidade no Arquipélago do Marajó, mais precisamente no Marajó Ocidental conhecido como o Marajó das Florestas (PACHECO, 2018). Para então, incursionamos pela trajetória da Faculdade de Serviço Social no Marajó, que com sua sede em Breves/PA, vem há mais de 10 anos formando bacharéis em Serviço Social de diferentes municípios ma-

⁴ Monografia de Conclusão de Curso defendida e apresentada à Faculdade de Serviço Social do Campus de Breves/PA no dia 11/12/2020, intitulada como “O debate étnico-racial na Faculdade de Serviço Social do Campus Universitário do Marajó/Breves (FACSS/CUMB/UFPA) (2009-2019)”.

⁵ O sítio eletrônico do PPGSS/UFPA tem o seguinte endereço: <http://ppgss.propesp.ufpa.br/index.php/br/programa/apresentacao>.

rajoara, totalizando 5 turmas até o momento.

Posteriormente, expomos os resultados da pesquisa, apresentando os apontamentos e considerações acerca dos dados obtidos por meio da leitura dos PPC's, que indicaram a presença de uma disciplina que trata sobre a diversidade étnico-racial em 2016, e os projetos de pesquisa e extensão que debatem sobre o tema a partir de 2017. Por fim apresentamos as considerações finais, apresentando reflexões sobre a formação e as problemáticas que se apresentam na formação antirracista dos assistentes sociais no Marajó.

Destes resultados podemos destacar a importância da disciplina ofertada na grade curricular do curso, que promove reflexões sobre a interseccionalidade que atravessa a sociedade brasileira, assim como observamos na análise dos relatórios anuais que a partir de 2016 houveram projetos de extensão e pesquisa que buscaram refletir sobre o negro no Brasil, na Amazônia, e conseqüentemente, no Marajó. Assim, consideramos que é fundamental compreendermos que a questão étnico-racial deve ser um debate transversal e integrado que deve estar presente em todas as disciplinas para que assim possamos entender que o não debate é reforçar uma história de apagamento e invisibilidade da população negra da região amazônica.

2 AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL E SUAS ARTICULAÇÕES COM A DESIGUALDADE RACIAL

Refletir sobre as articulações das expressões da questão social com a desigualdade racial no país nos exige a noção quanto às heranças históricas e a forma como se atualizam as estratégias de exploração e escravização no sistema capitalista de sujeitos periféricos, de sujeitos que vivem à margem. Precisamos entender as raízes da desigualdade racial como um processo histórico que se apresenta de diversas formas de acordo com a formação dos Estados-nação (ALMEIDA, 2018) e no Brasil tem suas particularidades econômicas, políticas, culturais e sociais. Mas o que seria a Questão Social? Conforme Iamamoto (2015, p.27) é:

[...] o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social [que] é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.[...]

Dialogando com a autora, depreende-se que se o fruto desse trabalho na sociedade capitalista fica cada vez mais privado, seu usufruto fica concentrado em um pequeno grupo de pessoas, deixando de lado os demais grupos que participaram ativamente da produção social da riqueza de um determinado país. Tratar sobre a formação do Estado Brasileiro é falar de uma nação construída pelo trabalho de homens, mulheres e crianças escravizadas e que esse processo vem até o momento atual influenciando nas relações sociais do nosso país.

Para Ribeiro (2019) é indispensável ao se falar de relações étnico-raciais e racismo no Brasil salientar sobre a questão histórica e o modo como grupos brancos se beneficiaram (e continuam a se beneficiar) durante toda a história econômica brasileira dos lucros dessa exploração, enquanto que a população negra foram negados condições mínimas e básicas de sobrevivência. Albuquerque e Fraga Filho (2006) afirmam que o tráfico negreiro foi uma estratégia para povoar as terras recém conquistada das Américas e também para suprir a escassez de mão-de-obra na produção de cana-de-açúcar e atividades ligadas à agroexportação, na qual não podemos deixar de destacar as condições precárias de sobrevivência a que essa população foi

submetida durante anos.

Albuquerque e Fraga Filho (2006) também destacam que a “Abolição” da escravatura no Brasil se deu por uma pressão política da Inglaterra, pois havia uma preocupação com a concorrência na produção de açúcar. O propósito de acabar com o trabalho escravo se dava por fins econômicos e não por uma preocupação com a população negra escravizada, que não teve nenhuma reparação quanto aos danos causados aos seus ancestrais africanos.

Santos (2009) ao dar destaque ao estudo das desigualdades raciais no Brasil destaca que o fato de se ter “abolido” a escravatura não acabou com a concentração de terras, que era fonte de poder e da desigualdade social e política no país. Na verdade, agudizou e consolidou o quadro de pobreza vivida pela população negra, haja vista que estes foram descartados como mão-de-obra que pudesse ser remunerada e inserida nas indústrias, tendo sido substituídos por trabalhadores europeus (franceses, portugueses e italianos) que passaram a ocupar os postos de trabalho.

Em Barbosa e Souza (2019) observamos que este processo se constituiu em um projeto de imigração que se apoiava na falsa ideia de que não existia mão-de-obra preparada no Brasil, quando na verdade era mais uma estratégia de eliminação da população negra. Tal estratégia fez com que se excluísse ainda mais os trabalhadores brasileiros, que em sua maioria eram pretos e pardos. A industrialização e o crescimento dos centros urbanos empurraram para as margens os brasileiros pobres e negros, pois estes não tinham condições reais de serem absorvidos por estes empregos diante da sua total exclusão da educação formal.

Assim, no Brasil as desigualdades raciais devem ser analisadas e situadas historicamente, tomando os seus aspectos sociais, econômicos e políticos para poder ser compreendida. É necessário frisar que estas estratégias de exclusão não foram aceitas pacificamente, pois negros escravizados e livres empreenderam diferentes posições de conflitos como forma de resistência nas áreas urbanas e rurais, tendo como exemplos o estabelecimento de milhares de quilombos no país, assim como a Revolta dos Malês (FONSECA, 2009).

Fonseca (2009) explica que o passo que deveria ter sido dado era a integração da população à sociedade por meio do acesso à educação, à saúde e às demais políticas públicas, porém o que o governo brasileiro fez foi queimar todos os documentos, livros e tudo que continha dados do período escravista no Brasil. Ainda segundo o historiador, dentre estes documentos havia um projeto de lei elaborado pelo abolicionista Joaquim Nabuco que reconhecia a dívida social e histórica do Brasil com a população negra.

Theodoro (2008) reafirma que as desigualdades raciais e sociais tem suas bases primeiramente no processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil, destacando que a formação do mercado de trabalho, baseado em medidas de cunho racista, somado à ausência de políticas públicas de inclusão social, reforçaram a consolidação de um mercado de trabalho excludente. E o autor destaca que:

No Brasil, abolição significará a exclusão dos ex-escravos das regiões e setores dinâmicos da economia. Em sua grande maioria, eles não estarão ocupados em atividades assalariadas. Com a imigração massiva, os escravos vão se juntar aos contingentes de trabalhadores nacionais livres que não tem oportunidades de trabalho senão nas regiões economicamente menos dinâmicas, na economia de subsistência das áreas rurais ou em atividade temporárias, fortuitas, nas cidades (THEODORO, 2004; p. 83-84)

Theodoro (2008) prossegue afirmando que os libertos foram ocupar as vagas em áreas me-

nos dinâmicas das atividades econômicas, em que os salários e as condições de trabalho eram precárias. Neste ínterim, Osório (2008, p.70) argumenta que “o elo entre condição inicial, raça e classe, na tradição sociológica de explicação das desigualdades raciais foi sempre a mobilidade social [...]”. E essa condição inicial seria a questão de que o Brasil foi colonizado e escravizou aqui centenas de pessoas. E o autor propõem a seguinte reflexão:

Os negros brasileiros chegam a primeira fase de sua vida com uma razoável desvantagem educacional. Isso se reflete decisivamente nas oportunidades que terão no mercado de trabalho. O grande determinante das diferenças na renda de trabalho das pessoas é a educação, mas ainda há espaço para um pouco mais de desigualdade produzida pela segmentação do mercado, pelas limitações à ascensão profissional dos negros, e pela discriminação salarial.

No fim da segunda fase, ao se aposentarem (se o fizerem), os negros verão a manutenção da diferença, pois receberão pela sua contribuição passada sobre uma remuneração menor. Ou, para aqueles que estiveram excluídos do mercado de trabalho ou sempre vinculados aos setores informais da economia, restará apenas a dependência da assistência social ou trabalhar até o fim de seus dias. Antes, na flor adulta, muito provavelmente terão filhos, que sentirão, no curso de suas próprias vidas, os efeitos das mesmas desvantagens e discriminações a que estiveram sujeitos seus pais- daí a noção de ciclo.[...] (OSÓRIO, 2008. p.89)

Nos apontamentos do autor encontramos correspondências com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que nos indicam que em 2018 a taxa de analfabetismo se apresentava entre os brancos de 3,1% no meio urbano e no meio rural de 11,00%, enquanto que entre pretos ou pardos teria sido de 6,8% na área urbana e de 20,7% no meio rural. Os dados da taxa de subutilização da força de trabalho, seja qual for o nível de instrução, a população preta ou pardas lidera os percentuais, salvo a diferença mínima quando se tem o nível superior completo. Ao citar o índice sem instrução ou fundamental incompleto os brancos apresentam a taxa de 22,4% e os pretos ou pardos a de 32,9%.

Estamos tratando de uma realidade vivida por pessoas negras, que mesmo depois de avanços conquistados pelo movimento negro, inclusive para que as pessoas se entendam enquanto sendo da identidade negra no Brasil, ainda sentem na pele o processo de exclusão e do racismo estrutural. Almeida (2018) ao abordar sobre o racismo estrutural nas instituições, elucida que as instituições não reproduzem o racismo por si só, mas que estariam refletindo a estrutura social vigente em que há o beneficiamento de um grupo em detrimento de outro. Isto é, o racismo estrutural é parte “inerente” da sociedade, em que as relações políticas, econômicas e sociais são regidas pelo racismo, que será sentido pela população ao precisar acessar determinados serviços públicos.

Não poderíamos deixar de destacar sobre a construção da identidade negra no Brasil, que também é um fator que reflete a desigualdade racial, pois faz parte de um projeto nacional que objetivava a retirada do direito à uma identidade, estética e autoestima da população negra. Projeto nacional que teve como principal base o conteúdo ideológico, que se fazia presente em nossos livros, cartilhas, jornais e revistas construindo percepções negativas e pejorativas das pessoas negras. Deste modo, Munanga (2019, p.22) nos propõem a seguinte reflexão:

O que significaria ser “branco”, ser “negro”, ser “amarelo” e ser “mestiço” ou “homem de cor”? Para o senso comum, essas denominações parecem resultar da evidência e recobrir realidades biológicas que se impõem por si mesmas. No entanto, trata-se, de fato, de categorias

cognitivas largamente herdadas da história da colonização, apesar de nossa percepção da diferença situar-se no campo visível. É através dessas categorias cognitivas, cujo conteúdo é mais ideológico do que biológico, que adquirimos o hábito de pensar nossas identidades sem nos darmos conta da manipulação do biológico pelo ideológico.

O autor ao dar destaque sobre a identidade, busca evidenciar a estratégia brasileira do uso desta como uma ferramenta para dar início ao projeto de supremacia branca e de negação de uma identidade negra no país. A não demarcação da existência de brancos e negros num país que “incentivou” deliberadamente a miscigenação, alicerça justamente o apagamento dos conflitos existentes entre estes grupos, e por consequência, fortalece a desigualdades sociais, políticas e econômicas entre estes. Nesse processo inúmeros intelectuais da época deram suas contribuições, principalmente Gilberto Freyre (2003) com a obra “Casa Grande & Senzala”, concretizando a ideia do mito da democracia racial, no qual estimulou a ideia de que se vivia em uma harmonia inter-racial no Brasil (MOURA E SILVA, 2015).

Abdias do Nascimento (2016) afirma que se criou no imaginário internacional que o Brasil era uma democracia racial onde brancos e negros conviviam em perfeita harmonia e igualdade de direitos. Esse debate sobre identidade vai refletir sobre as reivindicações acerca das políticas públicas da própria população, pois em síntese, a retirada da identidade racial de determinados grupos faz com que estes não tenham armas para reagir aos ataques do cotidiano.

Também chamamos a atenção para o fato de que o racismo estrutural manifesta-se de várias maneiras, dentre as quais destacamos o racismo ambiental, tomando como referência as considerações de Almeida (2016, p. 61-62) que nos diz:

É bem de ver que para que determinado ato configure racismo ambiental prescinde-se da existência de dolo ou culpa, não se exige que o ato seja necessariamente intencional, bastando que se verifique se foram produzidos resultados racistas, ou seja, não se valia à intenção do agente, mas o resultado produzido pelo ato. É que um sistema regulatório que favorece o racismo ambiental se vale da institucionalização da discriminação a fim de manter maior oferta de bens e serviços em localidades determinadas, sobrepondo a populações de minorias étnicas a piores condições de vida.

A autora explicita que o conceito de racismo ambiental tem sua origem nos Estados Unidos da América, surgido em meio à luta pelos direitos civis, em que constatam que os dejetos industriais eram e são despejados em locais com maior concentração de pessoas negras e pobres. Fazendo uma articulação com o conceito mais amplo que é o racismo estrutural, Almeida (2018, p.38) define que “[...] o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional”.

Trazendo essas reflexões sobre esse conceito, observamos que o racismo ambiental está ligado diretamente ao racismo estrutural. A história sobre a população preta e parda nos mostra que as populações que mais sofrem com mudanças climáticas, rejeitos de grandes indústrias são os grupos negros, que são cotidianamente atingidos pelo racismo estrutural que se mostra concretamente por meio dos aspectos sociais, políticos e econômicos (ALMEIDA, 2018).

Esses aspectos podem ser constatados nas informações divulgadas pelo jornal Estadão (2019) que expõe que crianças morreram em terras indígenas no Acre, por conta de surto de diarreia causado por “ausência de saneamento básico provocando contaminação das águas”. Do mesmo

modo, que no portal Geledés (2019) registra-se o artigo escrito pela colunista Stephanie Ribeiro (2019) que destaca o fato de que “crianças negras morrem de toxoplasmose em áreas que são lixões industriais e vão morrer ainda mais nas secas, fome e processos de imigração”⁶.

Outra matéria que destacamos é a matéria sobre o Acre e fazemos uma comparação com um dado do jornal *O Liberal*, publicada em 2019 que aponta que os “Municípios do Marajó têm carência de equipamentos para diagnósticos de doenças”, onde 70% dos atendimentos são transferidos para Belém, que fica a 12 (doze) horas de navio⁷. Essas matérias exemplificam como o racismo está presente em todas as esferas da vida social, nos levando a refletir, juntamente, com Carneiro (2011,p.15) que ao pensar sobre os direitos humanos, evidencia que há:

[...] a prevalência da concepção de que certos humanos são mais ou menos humanos do que outros, o que, conseqüentemente, leva à naturalização das desigualdades de direitos. Se alguns estão consolidados no imaginário social como portadores de humanidade incompleta torna-se natural que não participem igualmente do gozo pleno dos direitos humanos [...].

A população preta e parda se encontra à margem da sociedade, não conseguindo acessar os seus direitos básicos e nem atingindo os padrões estéticos impostos. Acabam por se tornarem vidas sem valor, e como as matérias acima indicam, são diretamente atingidos por uma política genocida. Marcadores sociais como cor, raça, gênero e etnia são fatores que vão ser usados para que suas vidas tenham valor ou não. Por consequência, a desigualdade racial é uma expressão da Questão Social, porém não é somente mais uma expressão da contradição capital e trabalho, é a peça chave para compreendermos as particularidades da Questão Social no Brasil.

Gonçalves (2018) afirma que o Capitalismo, como um modo de produção, se beneficiou abundantemente do regime escravista e amparou bases para a opressão racial, que é tida como um alicerce necessário para que o Capitalismo se mantenha e continue a se reproduzir. A autora vai além, ao destacar que na área do Serviço Social, por meio de compreensões equivocadas que limitam a perspectiva marxista, acabou entendendo que os problemas étnico-raciais se resolveria por meio da luta da classe dos trabalhadores e trabalhadoras, descartando um dos produtos da questão social: o racismo.

Para as autoras Barbosa e Souza (2019), é recente a percepção de que a pobreza tem cor e gênero, no qual são as mulheres negras que sentem a questão social de forma mais intensa em suas vidas. Martins e Carrijo (2020) destacam que 53,6% das vítimas de mortalidade materna são mulheres negras, assim como estas são 65,9% das vítimas de violência obstétrica e 68,8% vítimas das mortes por agressão. Enquanto que em 2013, notificou-se uma queda de 9,8% dos homicídios de mulheres brancas, registou-se o aumento de 54, 2% de homicídio de mulheres negras.

As interseções que se apresentam quando falamos de gênero, raça e classe no Brasil derivam de um período escravista que propiciou uma exploração física, mental e espiritual da população negra. Gonzáles (2016) ao abordar sobre a mulher negra na sociedade brasileira explícita que os reflexos dos “casamentos inter-raciais” foram o resultado da violência sofrida pelas mulheres negras, que mais tarde foram romantizados pelos discursos do mito da democracia racial,

⁶ Este trecho consta no artigo “Racismo ambiental: o que é importante saber sobre o assunto” que foi publicado no Portal Geledés no dia 15 de outubro de 2019.

⁷ Esta matéria, de autoria de Cleide Magalhães, foi publicada no dia 24/07/2019 no jornal O Liberal.

na qual brancos e negros vivem supostamente em igualdade de oportunidades e direitos, ignorando existência de qualquer forma de violência e discriminação.

Desta forma, a referida autora, destaca a “tríplice discriminação” que alcança as mulheres negras, que são atingidas diretamente pelos marcadores de gênero, raça e classe. Esses são alguns dos rebatimentos das manifestações da questão social, pois se observarmos por exemplo, como é apontado por Costa (2017, p. 230) ao se referir sobre o Programa Bolsa Família, o “[...] total geral de beneficiários titulares do Bolsa Família, 93% são mulheres e 68% destas são negras [...]”.

Partindo dos dados acima, damos especial destaque às palavras de Carneiro (2011, p.50) que afirma: “[...] No entanto, o que importa é sublinhar a impossibilidade de elaborar políticas públicas sem levar em conta as desigualdades raciais existentes no país e, ao mesmo tempo, apontar as deficiências nas formulações que não consideram seriamente essa dimensão.[...]”. Logo, se não compreendermos essas desigualdades, pela interseção de gênero, raça e classe não entenderemos as relações sociais brasileiras. Precisamos entender os papéis sociais estabelecidos historicamente e sua inter-relação que favorece determinados grupos em detrimento de outros, dando continuidade à reprodução da ideologia de superioridade branca e de inferioridade negra. Em síntese, é impossível analisar e compreender estes conceitos sem interligá-los.

3 A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NA PRODUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Segundo Yamamoto e Carvalho (2014) a profissão do Serviço Social se situa na reprodução das relações sociais com um conceito amplo, entendendo essa relação para além das condições materiais, mas as reproduções espirituais, que abarcam modos de vida e valores. Esses modos de vida e valores são perpassados pelas desigualdades, violências, conflitos e diversidades que emolduram a sociedade vigente.

O Serviço Social é uma profissão de natureza interventiva, que possui como objeto de suas ações as expressões da Questão Social, que se constituem em verdadeiro desafio teórico-metodológico e prático/operacional para a categoria, estando no cerne de nossas produções científicas. Logo, a pesquisa possui um papel fundamental na construção e fortalecimento profissional e é por meio dela que sistematizamos conhecimentos sobre a realidade, na qual, por exemplo, está inserida uma determinada comunidade, o seu perfil socioeconômico (características étnico-racial, de gênero e outros aspectos), conhecemos as suas demandas, suas principais dificuldades e potencialidade e elaboramos estratégias de enfrentamento ou possíveis intervenções.

Na profissão em tela precisa-se ter um “olhar” diferenciado e especializado quanto a totalidade da vida social e para este processo se fazem fundamentais as pesquisas, porque sinalizam e guiam o caráter ético e político da prática profissional. Setúbal (2013) argumenta que muitas vezes os sentidos e as formas com que a pesquisa é conceituada e o valor agregado a ela fazem com que se obscureça a importância da produção científica. Este processo não ocorre somente no Serviço Social, mas também em outras áreas. Desta forma, Lara (2007, p.74) afirma que “As ciências sociais têm dificuldades de se afirmarem diante da ciência moderna, pela sua ineficiência em apresentar respostas práticas”. A sociedade capitalista em que vivemos desqualifica a importância e as especificidades das ciências sociais que tem como objeto de pesquisa o humano, a subjetividade, a sociedade e o coletivo.

Setúbal (2013; p.47) nos faz refletir sobre a relação íntima que se estabelece entre o pesquisador e o objeto da pesquisa ao argumentar que:

[...] concomitantemente à estimulação recíproca, ambos se transformam provocando influências que ficarão imbricadas definitivamente no conhecimento. Assim sendo, a produção do conhecimento é permeada pelas experiências intelectuais, principalmente particulares, dos seus autores, o que tira dela qualquer conotação de neutralidade [...]

Desta forma, observamos que ao tratar sobre a importância da pesquisa e o que ela desenvolve acaba por instigar novas questões que surgem na sociedade. Tais aspectos, ao indicarem a não neutralidade e a função social da pesquisa que necessita pensar concretamente o real, nos indicam que o Serviço Social, seja como área do conhecimento ou como campo profissional, possui um compromisso ético-político com a questão étnico-racial.

Contudo, se observamos a história, constatamos que não existiu uma ética única durante toda a história da humanidade. Consequentemente, o *ethos* profissional do Serviço Social correspondeu a cada momento histórico e contexto social em que esteve engendrado, ou seja, a cada momento histórico e social existia uma ética particular. No Serviço Social tradicional, segundo Barroco (2001), o ético na perspectiva da moral burguesa era uma atuação que tomasse os problemas sociais sem criticidade ou qualquer atitude que viesse a romper com a despolitização.

Abramides (2017) destaca que foi a partir da década de 70 que o Serviço Social brasileiro começou a romper com a visão conservadora. Este caráter foi consolidado com o histórico Congresso da Virada, momento que o Serviço Social reafirmou o seu posicionamento em favor da classe trabalhadora, postura fortalecida pela recém chegada dos escritos marxistas no Brasil, adensando, assim debates que passaram a pôr em pauta as históricas relações desiguais entre as classes sociais.

Todavia, naquele momento debates sobre os aspectos raciais que envolvem as diferentes classes sociais não eram temas em pauta, havendo um silenciamento desta perspectiva. Atualmente, verificamos mobilizações em torno de problematizações que nos permitem visualizar em nossas análises sobre quem é essa classe trabalhadora e qual é sua cor/raça e etnia.

Na atual conjuntura, conseguimos perceber as características fenotípicas de quem é pobre no Brasil, dessa forma, observamos um outro posicionamento ético perante as questões raciais. Tomarmos os sujeitos que vivem à margem somente pela categoria classe, acaba por invisibilizar as conflituosas relações raciais e assim negando o:

[...] fato histórico de que o que hoje é o Brasil ter sido outrora um território invadido e colonizado pelos portugueses, os quais, por meio da força, escravizaram primeiro os habitantes nativos e, depois, enormes contingentes de africanos [...] do “branqueamento” demográfico causado pela volumosa imigração europeia na virada do século XX, esse passado legou ao Brasil uma composição racial específica da população que estava- e ainda está associada a estratificação socioeconômica.[...] (OSÓRIO,p.70, 2008)

Assim, podemos compreender que a ética é socialmente determinada, tendo a nossa moral como parâmetro para a decisão de nossas escolhas. O Código de Ética do Profissional de Serviço Social, que nos orienta para a defesa dos Direitos Humanos, pontua que as escolhas profissionais devem visar uma nova ordem societária, com justiça e equidade. Uma ação tele-

ológica, com escolhas responsáveis, que vão além das normas operantes, haja vista que estamos lidando com vidas.

Partindo da reflexão acima exposta, a partir de 2014, no XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) foi aprovado por unanimidade, em assembleia da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), a inclusão de ao menos uma disciplina sobre as temáticas classe, gênero, etnia/raça, sexualidade e geração na formação de Assistentes Social no Brasil, por compreender que a necessidade de trabalharmos sobre essas temáticas que se apresentam como demandas emergentes no cotidiano profissional e acadêmico⁸. Essa conquista também foi uma vitória do movimento negro brasileiro representada pela aprovação da Lei nº 10.639/2003 que prevê inclusão do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira na educação brasileira. Para Gomes (2017,p.21-22):

Ao ressignificar a raça, esse movimento social indaga a própria história do Brasil e da população negra em nosso país, constrói novos enunciados e instrumentos teóricos, ideológicos, políticos e analíticos para explicar como o racismo brasileiro opera não somente na estrutura do Estado, mas também na vida cotidiana das suas próprias vítimas. Além disso, dá outra visibilidade à questão étnico-racial, interpretando-a como trunfo, e não como empecilho para a construção de uma sociedade mais democrática, onde todos, reconhecidos na sua diferença, sejam tratados igualmente como sujeitos de direitos.[...]

Essa observação da autora, nos mostra a importância do presente tema, pois silenciar este necessário debate em pesquisas e a sua notoriedade é negar a existência da diversidade e inviabilizar ainda mais a população negra. Ao se ressignificar o conceito de raça como algo positivo e não como uma dificuldade para se construir uma sociedade democrática se reforça o reconhecimento da diversidade como fundamental para a construção de pautas cotidianas de políticas públicas. A ressignificação pelo movimento negro e por todos aqueles que dão destaque ao debate rompem com as relações de poder que contam a história da população negra do seu ponto de vista distorcido e de modo negativo a nossa cultura, história e conhecimentos do povo preto.

3.1 – O DEBATE ÉTNICO-RACIAL NO CBAS (2016 A 2019)

O Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) é um dos principais eventos da área do Serviço Social, tendo sido registrado e reconhecido em 1979 com o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, conhecido como o Congresso da Virada, ocorrido entre os dias 23 e 28 de setembro de mesmo ano, momento que a categoria demarca a sua ruptura com o conservadorismo, assumindo como pauta e guia de suas ações e produções a defesa dos interesses da classe trabalhadora (SALAZAR; NICÁCIO, 2020)⁹.

Considerando o percurso de 41 anos de um evento que demarca a mudança de direcionamento ético-político da profissão, resguardada as particularidades históricas que não serão tratadas neste texto, daremos destaque aos rumos tomados a partir de 2010, com a inserção de

⁸ Ver mais informações em “GTP: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades” disponível na página no sítio eletrônico da ABEPSS (<http://www.abepss.org.br/noticias/gtp-servico-social-relacoes-de-exploracaoopressaode-genero-racaetnia-geracao-sexualidades-15>).

⁹ Texto disponível na página do CRESS/ES, especificamente no artigo que trata sobre os “41 anos do Congresso da Virada do Serviço Social brasileiro: a importância da consolidação teórico-prática e do Projeto Ético Político em nossa história”.

disciplinas específicas, aliada à notoriedade que passa a ser dada ao debate das relações raciais com a criação do Grupo de Trabalho (GTs) específicos nos eventos, a datar de 2014.

Contudo, apesar da longa trajetória de divulgação e compartilhamento de pesquisas e experiências profissionais possibilitadas pelo CBAS, que atualmente encontra-se na sua 16ª edição, trazendo debates sobre as atuais demandas para o Serviço Social Brasileiro, em seu sítio eletrônico existem disponibilizados somente os anais de 2016 e 2019.

Na edição de 2016 encontramos **12 trabalhos** que abordam sobre o tema das relações raciais e o racismo no Brasil, num total de 1.497 trabalhos publicados. Foi possível observar nas leituras dos trabalhos que nenhum tratava diretamente sobre a formação profissional do assistente social. Dentre estes destacamos o trabalho intitulado como “*O debate acadêmico sobre as políticas de Ação Afirmativa para a População Negra no Brasil (2009 - 2015)*” elaborado por Arthur Lemos Coutinho (2016), que aborda sobre as cotas, que neste período estava muito acalorado, por ser uma década de aprovação de muitas leis em favor da população negra. Na mencionada pesquisa, Coutinho (2016) realiza um levantamento bibliográfico de artigos, dissertações e teses sobre as cotas raciais. Os demais trabalhos abordavam sobre ações em coletivos, no Centro de Referência de Assistência Social, e também sobre os processos de criminalização da população negra. Observem o **Quadro 1**.

QUADRO 1 – Trabalhos sobre relações etnico-racial publicado nos anais do CBAS de 2016

TÍTULO DO ARTIGO	AUTOR(A)	IES
Dois lados da moeda, uma só cor: a vulnerabilidade da população negra aos processos de criminalização e vitimização.	Felipe da Matta de Castro	Centro Universitário de Volta Redonda
O debate acadêmico sobre as políticas de Ação Afirmativa para a População Negra no Brasil (2009 - 2015)	Arthur Lemos Coutinho	Universidade Federal do Espírito Santo- UFES
Serviço social e o debate de raça: o silenciamento da fala como elemento da reprodução da desigualdade	Tais Pereira De Freitas	Universidade Federal Do Triângulo Mineiro
Construções acerca de ser mulher negra e o racismo à brasileira	Uly Castro De Azevedo Duane Brasil Costa	Universidade Estadual do Ceará
Mulheres negras e racismo: um debate atual	Flávia da Silva Clemente et al.	Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
A questão racial na política de assistência social	Priscila Lemos Lira	Universidade Bandeirantes
O racismo nos nossos cabelos: uma análise sobre a construção da identidade étnico-racial das mulheres negras	Stella Maris Carneiro de Arruda	Universidade Federal de Pernambuco
Movimento negro: da senzala à casa grande	Breno Jaime A. Souto Cristina Jordan Amorim	Universidade da Amazônia-UNAMA
Assistência social brasileira, relações Étnico-Raciais e de Gênero: do modelo de proteção social horizontal das Irmandades Negras ao trato autoritário e hierarquizado do Estado	Gracyelle Costa Ferreira	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Metodologias de Trabalho com as Famílias Negras no Centro de Referência de Assistência Social da Cidade de Montes Claros-MG.	Sara Veloso Rodrigues	Universidade Estadual de Montes Claros
Mulher negra na história e no serviço social contemporâneo: coadjuvantes para a temática racial	Maria Luisa da C. Fogari	Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho
Direitos humanos e diversidade: Discutindo a interseccionalidade gênero, classe, raça e etnia no contexto da globalização neoliberal	Geizyelle Magna A. dos Santos Vieira	Universidade Federal de Alagoas

Fonte: Elaborado por Araújo (2020) a partir das informações disponíveis no site do CBAS/2016¹⁰.

¹⁰ Anais do 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, cujo tema foi os “80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão”, ocorrido em Olinda/PE, entre os dias 5 e 9 de setembro de 2016 (<https://cbas2016.br>).

Na edição de 2019, temos **61 trabalhos** de um total de 1.732 artigos publicados, foi possível observar nestes trabalhos um avanço em relação a produção sobre a temática, encontramos em sua maioria trabalhos de cunho exploratório, bibliográfico e revisão de literatura, voltadas ao debate dos conceitos de raça, e também a intersecção entre raça, classe e gênero. Outra característica que ficou também em destaque foi a questão do genocídio da juventude negra e as “balas perdidas” que estão presentes em trabalhos como o de Joilson Santana Marques Junior (2019), com o título: “*Ser negro e as mortes por ‘equivoco’: naturalizando balas racializadas*”, trazendo uma abordagem sobre uma questão muito latente, que fica mais visível nas grandes metrópoles.

Outro ponto que nos chamou atenção foi que houveram várias pesquisas sobre a saúde da população negra, tais como a de moradores em situação de rua que vivem sob o impasse do racismo institucional e outras pesquisas cujo foco foram as mulheres negras, tratando sobre a maternidade e o acesso à saúde, por exemplo.

Os demais trabalhos debruçaram-se nas experiências das ações dos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), abordando sobre a questão quilombola por meio de estudos exploratórios. Um outro trabalho discorre sobre o trabalho infantil doméstico e a suas articulações com os marcadores de gênero, raça e classe e outros dois trabalhos tratavam mais especificamente sobre a infância negra. A nível de demonstrativo, destacamos o artigo “*Olha, nega do cabelo duro: algumas considerações sobre o processo de vulnerabilidade da mulher negra no Brasil falando sobre as mulheres negras*” de autoria de Noême de Jesus Rodrigues Santiago e Nair de Jesus Rodrigues (2019), que nos mostra que o Serviço Social brasileiro começa a dar visibilidade à mulher negra e à sua história.

Diante dessas constatações, observamos que, num processo recente, os pesquisadores e profissionais do Serviço Social passam a dar destaque ao que há muito tempo o movimento negro feminista vem pondo em pauta: os desafios enfrentados por mulheres negras em diferentes aspectos de suas vidas para que possam ser realmente incluídas e garantidas condições dignas de sobrevivência na sociedade brasileira.

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)¹¹, entidade representativa da profissão, em campanha promovida pela gestão de 2017-2020 produziu o documento “Assistentes Sociais no combate ao racismo” (2020), significando em importante passo dado pela categoria profissional, sendo uma ação coletiva a fim de mobilizar os profissionais em torno do combate ao racismo e as suas diferentes manifestações. O lançamento desta campanha ocorreu nos dias 19 e 20 de novembro de 2018, no Rio de Janeiro, organizado pelo CFESS, em parceria com o CRESS 7ª Região/RJ.

Foram produzidos 9 (nove) cartazes, 8 (oito) vídeos, 3 (três) *spots* para rádio que abordavam sobre as expressões do racismo estrutural que se apresentam diariamente nas demandas recebidas pelos e pelas assistente sociais, tendo como objetivo central “[...] visibilizar imagens ilustrativas do racismo, especialmente no ambiente institucional da execução das políticas e serviços sociais, associando-as a alguns dados, para provocar reflexões sobre o papel dos/as assistentes sociais em seu enfrentamento” (CFESS, 2020; p.13). Essa campanha foi um convite à

nino.com.br/).

¹¹ O CFESS é uma autarquia pública, que seguindo os dispostos na Lei 8.662/1993 que regulamenta a profissão, visa defender o exercício profissional do assistente social, tendo como atribuição orientar, disciplinar, normatizar e fiscalizar este exercício em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) (Mais informações em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/o-cfess>).

reflexão de como se deveria tratar a questão étnico-racial na área do Serviço Social.

3.2 A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NAS PESQUISAS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL DO ESTADO PARÁ

Os movimentos nacionais de articulação promovidos pelas entidades representativas da profissão visam justamente resultar em debates que promovam diálogos e manifestações que possam se fazer presentes no cotidiano dos diferentes profissionais considerando as mais variadas instituições em que estes estejam atuando. Então, após refletirmos sobre um importante evento para a profissão, assim como uma campanha de grande repercussão, ambas de caráter nacional, nesta seção nos debruçamos nos impactos destas mobilizações nas produções acadêmicas de nível local, considerando o Serviço Social na Amazônia paraense.

Neste sentido, focamos as nossas considerações em torno do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da UFPA. O mencionado programa está constituído pelos Cursos de Mestrado e Doutorado em Serviço Social. O primeiro foi instituído em 1996, sendo reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela Resolução nº 3166/CONSEPE, de 03/05/2004, e homologado pela Portaria nº 2878/CNE, de 24/08/2005. Enquanto que o curso de doutorado foi reconhecido pela CAPES, a partir de 2017, por meio da portaria nº 655, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 22/05/2017. Esse programa tem atualmente um corpo docente formado por 14 docentes, sendo 11 permanentes, 02 colaboradores e 01 visitante¹².

No PPGSS/UFPA existem duas linhas de pesquisa: I) Serviço Social e Políticas Sociais na Amazônia e II) Serviço Social e Trabalho na Amazônia. Estas duas linhas de pesquisa abraçam os seguintes seis grupos de pesquisa: 1) GP - Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB); 2) GP - Políticas Urbanas e Movimentos Sociais (GPPUMA); 3) GP - Trabalho, Estado e Sociedade na Amazônia (GEP-TESSA); 4) GP - Serviço Social, Política Social e Formação Profissional (GEPSS); 5) GP - Trabalho, Direitos Humanos e Seguridade Social (TRA-DHUSS); e 6) GP - Sociedade, Território e Resistências na Amazônia (GESTERRA).

Consideramos neste artigo, os trabalhos produzidos a partir de 2014 nos centrando nas dissertações e teses disponíveis no site do PPGSS/UFPA. Desses trabalhos, encontramos somente uma dissertação voltada para o tema do racismo e das relações raciais no estado do Pará, defendida no ano de 2017 com o título “Movimento negro em Belém: ação coletiva de combate ao racismo e defesa de negras e negros” de autoria de Domingos Conceição. Quanto às teses, não encontramos disponíveis no site.

Souza e Barbosa (2019) que em sua pesquisa analisam a produção científica sobre as relações étnico-racial no Serviço Social e a questão racial no Brasil, tocando na formação desta categoria profissional, afirmam que a questão étnico-racial é um dos sustentáculos do Sistema Capitalista nos países como o Brasil de um passado colonialista, e que por consequência o Serviço Social deve levar isso em consideração quando se propõem em atuar numa realidade como esta. Corroborando com este pensamento, destacamos Oliveira (2017) que é muito enfática ao nos dizer que a questão racial é há muito tempo requisitada ao Serviço Social, porém:

¹² Estas informações estão disponíveis em: <http://ppgss.propesp.ufpa.br/index.php/br/programa/apresentacao>.

[...] sem ter apreendido, problematizado e analisado como se deu a história, assim como o processo constitutivo de identidade e as lutas em torno da efetivação da cidadania da população negra, a prática dos profissionais das diversas áreas, sobretudo a dos profissionais do Serviço Social, dá sustentação para perpetuar as desigualdades sociais com base na raça. [...] (OLIVEIRA, 2017; p. 388)

Segundo Oliveira (2017) a questão étnico-racial é algo transversal que precisa ser respeitado nos currículos dos cursos de Serviço Social, não tendo que ser compreendido enquanto uma simples disciplina optativa e sim como parte integrante das disciplinas obrigatórias. Assim como, também, romper com o racismo institucional por meio da atuação profissional, não se restringindo aos profissionais que estão inseridos na carreira acadêmica, mas devendo ocorrer em qualquer outra instituição que possua potencial para dar visibilidade à existência da população negra, potencializando, desse modo, ações afirmativas que rompam com o racismo institucional.

O racismo institucional não se remete à perspectiva individual, mas às ações cotidianas das instituições, reiterando um processo que desconsidera a raça no desenvolvimento de suas atividades ainda que indiretamente (ALMEIDA, 2018). Pautando-nos nesse conceito, destacamos o papel do Serviço Social na luta antirracista, como uma luta cotidiana, primeiramente entendendo que existe um racismo que é estrutural, que precisa ser apropriado conceitualmente e juridicamente, por meio de leis como o Estatuto da Igualdade Racial e os demais aparatos que viabilizem uma prática antirracista.

4 - O DEBATE ÉTNICO-RACIAL NAS AÇÕES DE PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO DA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DO CAMPUS DE BREVES (MARAJÓ/PA)

4.1 - ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIOECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE BREVES – MARAJÓ (PA)

Para abordar sobre as ações desenvolvidas, bem como o processo de implantação do curso de Serviço Social no Marajó, iniciaremos destacando alguns aspectos do território em questão, observando e dialogando sobre as demandas que esta região nos apresenta, seja enquanto curso de nível superior ou como classe profissional. Portanto, cabe ressaltar que o Arquipélago do Marajó (PA) possui uma extensão de 105 mil km², correspondendo a 8% do território paraense, sendo o maior arquipélago flúvio-marítimo do mundo¹³. O Marajó é um território extenso e extremamente heterogêneo, que compreende 16 municípios que estão divididos em três microrregiões: Microrregião do Arari, Microrregião dos Furos de Breves e Microrregião de Portel.

Na primeira microrregião estão os municípios de Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, Soure; enquanto que no segundo estão Afuá, Anajás, Curralinho, São Sebastião da Boa Vista e Breves. Na terceira microrregião localizam-se Bagre, Gurupá, Melgaço e Portel. Neste extenso território concentra-se uma população total de 564.199 habitantes. (GUIMARÃES, 2020a). Todavia, o locus de nossa pesquisa é o município de Breves, considerado cidade polo do Marajó Ocidental, que encontra-se localizado, no

¹³ Informações disponíveis no *site* Expedição Pará (<https://expedicaopara.com.br/mesorregiao/marajo/>).

que Pacheco (2018), se refere como o Marajó das Florestas, formado pelos municípios que são da Microrregião dos Furos de Breves e da Microrregião de Portel.

Breves recebeu este nome por causa da família portuguesa que reside nessa área, em 1738, em que João de Abreu Castelo Branco concedeu aos irmãos Breves uma sesmaria nas proximidades do rio Parauaú, instalando ali um engenho, que ficou conhecido como o “Engenho dos Breves”, que a partir da lei Estadual, nº. 1122, de 10 de novembro de 1909, foi concedida o título de cidade à sede do município de Breves, que atualmente é formada pelas sedes e os distritos de Antônio Lemos, Curumú e São Miguel dos Macacos, sendo o transporte por via fluvial, tanto das pessoas como também dos gêneros alimentícios (SALERA JÚNIOR, 2014).

Este município traz em seu histórico alguns ciclos econômicos, que Gonçalves et al (2016) explicita que foi um processo da formação territorial que primeiramente se deu pela construção de um pequeno engenho pela família dos Breves, posteriormente o engenho deu lugar às atividades agrícolas por meio do ordenamento para se fazer roçados na extensa área da sesmaria. O autor ao destacar a questão dos ciclos econômicos, enfatiza que no período da consolidação do município o extrativismo da borracha estava no auge, sendo que o município de Breves foi um grande exportador de borracha chegando até a exportar para os Estados Unidos da América a sua produção.

Gonçalves et al (2016) também destacam que a posição estratégica de Breves foi essencial para o desenvolvimento de outras atividades, como o arroz na década de 1950 e a atividade madeireira entre as décadas de 1970 e 1980 que marcou o histórico econômico do município, tornando Breves um dos maiores produtores de madeira em tora do estado do Pará. Atualmente, Breves é considerada a capital do Marajó, atraindo as populações de outros municípios em busca de serviços como os de saúde, representados pelo Hospital Municipal Maria Santana de Rocha Franco, a UPA 24hrs e o Hospital Regional do Marajó (Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano). Além de possuir uma rede socioassistencial e jurídica mais extensa, assim como ser o segundo município sede de um dos *Campis* do Marajó.

Contribuindo com a reflexão dos autores, observamos que o historicamente Breves tem como principais atividades econômicas aquelas voltadas ao extrativismo e que mesmo no auge da atividade madeireira, isso não representou em melhorias na distribuição de renda e qualidade de vida da população brevense.

Silva (2011) afirma que a base da sua economia que é o extrativismo, são voltados principalmente ao açaí, palmito e carvão. De acordo com Barbalho (2018) após o fechamento das madeiras na cidade, houve um alto índice de desemprego entre a população, que resultou na presença explícita do trabalho infantil, prostituição, altos índices de criminalidade e demais expressões da questão social. Para Andrade (2013) o fluxo econômico de Breves na época, assim como ainda é atualmente, gira em torno do funcionalismo público, setor informal e dos benefícios de transferência de renda, como o Bolsa Família, aposentadorias e pensões.

Os autores citaram todos os ciclos econômicos na história do município, que atualmente segundo a estimativa do IBGE (2020) tem uma população de 103.497 habitantes. Um dado importante para esta pesquisa, que transita em torno das relações raciais e o racismo no Marajó, é justamente o perfil étnico-racial da população brevense a fim de nos indicar a importância deste debate nesta região. Então, ao consultarmos os dados reunidos pelo Observatório do Marajó/Lute Sem Fronteira (2020), que pautados nos levantamentos do IBGE de 2019, nos mostra que quanto à autodeclaração, 19% se leem como pessoas brancas e 80% como

negras. Porém, como muito bem nos indica Guimarães (2020b; p. 96) os:

aspectos como autodeclaração e identidade étnico-racial no território marajoara ainda são verdadeiros desafios para a comunidade local que ainda desconhece a sua história, seus antepassados e sua árvore genealógica, sendo possível observarmos a predominância de equívocos em momentos de atividades de pesquisa de campo e de ações formativas.

Ou seja, se torna terreno comum na Amazônia confusões e incertezas quanto à definição de uma identidade racial para sujeitos que ainda se prendem aos aspectos fenotípicos (aparência física), portanto, sendo possível estarem entre esses 80% de pessoas que se autodeclararam negras, pessoas indígenas e amarelas. Não obstante, não podemos deixar de considerar e ressaltar que estamos tratando de um município que mais de 50% da sua população não é branca.

Guimarães (2020b) argumenta que, contraditoriamente, ainda assim o debate étnico-racial se constitui em um verdadeiro desafio para as instituições educacionais do município, tanto do ensino básico quanto de nível superior, constatando fortes indícios das diferentes manifestações do racismo em Breves/PA. Seja nas experiências de vida de crianças e adolescentes negros que não se veem nos *outdoors*, nas propagandas locais, isso quando não são os grupos mais perseguidos por policiais também negros. São contundentes as diversas formas de negação de uma negritude no município, gerando incertezas e indefinições.

4.2 O DEBATE ÉTNICO-RACIAL E O SERVIÇO SOCIAL MARAJOARA

4.2.1 HISTÓRICO DA FACSS NO MARAJÓ

O Campus Universitário do Marajó-Breves (CUMB) da Universidade Federal do Pará (UFPA) foi fundado na década de 90, para atender a população do município, devido a longa distância do campus que estava voltado para a região, que no caso era o Campus de Soure, resultando em dificuldade para os estudantes que tinham que se manter fora de Breves e das redondezas¹⁴. Enquanto que a implantação do curso de Serviço Social se dá em meio às denúncias feitas por Dom José Azcona sobre a exploração sexual infantil no Marajó (BARBALHO, 2018), necessitando assim de profissionais capacitados para trabalhar nesta realidade¹⁵.

Segundo Barbalho (2018) no ano de 2009 por meio do processo seletivo formou-se a primeira turma, sendo esta a que mais enfrentou dificuldades por conta do primeiro PPC que ainda não se encontrava de acordo com as diretrizes do Ministério da Educação (MEC). E acrescentamos, às considerações do autor, que também não estava de acordo com as diretrizes do CFESS e da ABEPSS (1996) que traz em suas diretrizes que as disciplinas básicas de conteúdos próprios do Serviço Social devem ser ministradas e coordenadas por docentes forma-

¹⁴ Na seção anterior discorremos sobre a amplitude e heterogeneidade do território marajoara, pois no entendimento do senso comum, até mesmo de paraenses, os municípios marajoaras são todos próximos, quando na verdade existem municípios que ficam a quatorze horas distantes um dos outros em viagens de navio, aliás, considerando logística das embarcações disponíveis. Quanto a isso, o trajeto de Breves/PA a destino de Soure/PA, nos exige passar primeiro por Belém/PA numa viagem de navio que dura 12h para então pegarmos uma lancha rápida (se estiver disponível) que leva 2h.

¹⁵ Até então, o Curso de Serviço Social existia somente na capital paraense, Belém, Atualmente, a FACSS se constitui em segunda faculdade, de universidade pública, que forma assistentes sociais no estado do Pará, possuindo turmas não somente em Breves, mas também em Melgaço e Cametá, com discentes de diferentes municípios.

dos como bacharéis em Serviço Social. A lei n. 8662 de de 07 de junho de 1993, que regula a profissão, afirma como atribuição privativa do Serviço Social, assumir seja na graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos no curso

Barbalho (2018) destaca que nesse período alguns professores não eram formados em Serviço Social, resultando em disciplinas que se remetiam ao Serviço Social tradicional, de início dos primeiros cursos no Brasil, contendo, por exemplo, disciplinas sobre higiene e religião. Isto foi aos poucos sendo solucionado pelas professoras contratadas por meio de concurso público, que assumiram em agosto de 2009 e passaram a revisar e construir um novo PPC em conformidade com o projeto ético-político do Serviço Social na contemporaneidade, atendendo a uma leitura crítica da realidade sócio-histórica.

Anterior a este período, os cursos ofertados no Campus de Breves eram todos voltados para a licenciatura, enquanto que com a inserção do curso de bacharelado em Serviço Social vamos identificar eventos e debates que passam a se voltar para outras perspectivas e demandas da região como a falta de saneamento, a ausência de água potável, a exploração sexual infantil, a violência doméstica, o envelhecimento, a sexualidade e outras linhas de debates que passam a atender às diversas problemáticas sociais, assim como atendendo à natureza do curso de formar profissionais para atuarem num amplo leque de políticas públicas.

A Amazônia marajoara que tem suas características próprias e é nesse contexto que a faculdade se inseriu para a formação de profissionais capacitados a trabalhar na sua própria realidade. A FACSS representou para a população marajoara a possibilidade de ter assistentes sociais que conhecessem a realidade do município e das demais cidades do Marajó, pois apesar de ter sua sede em Breves, os discentes são oriundos de diferentes municípios vizinhos, como Portel, Currálinho, Anajás, Melgaço e outros. Lembrando que em 2016 foi ofertada a primeira turma de Serviço Social para Melgaço, considerado o município com o mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH Municipal)¹⁶. Nesta turma, tínhamos, inclusive, discentes da Região Metropolitana de Belém (RMB). Atualmente, a FACSS também possui uma turma no município de Cametá, que fica na região do Baixo Tocantins. Destas considerações não há como não demarcar a atuação compromissada e intensiva do curso em formar profissionais que se encontram distantes em meio aos rios e florestas da Amazônia paraense.

4.2.2 AS INCURSÕES NOS DIÁLOGOS SOBRE A NEGRITUDE MARAJOARA

Salientamos que inicialmente tínhamos como intenção realizar entrevistas com os profissionais formados pela FACSS/CUMB/UFPA, que atuassem nas principais instituições públicas do município de Breves/PA, realizando uma abordagem sobre a percepção que estes possuem sobre a temática étnico-racial considerando os processo de formação pela qual passaram. Nesse primeiro momento, os documentos serviriam como fontes secundárias para as nossas análises, no qual recorreremos aos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) e aos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs).

Contudo, no final de fevereiro de 2020 foram identificados, no Brasil, os primeiros casos de contaminação por SARS-CoV-2, que causaram a COVID-19 (BRASIL, 2020). A primeira

¹⁶ Veja em <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idh.html>.

morte e a transmissão comunitária foram registradas ainda no mês de março do mesmo ano¹⁷, exigindo a tomada de medidas que visassem conter o avanço do novo coronavírus, que foram recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e reafirmadas pelo Ministério da Saúde.

A partir do registro dos primeiros casos no Brasil, mas que ainda eram desconhecidos no Marajó, as instituições públicas de Breves/PA restringiram os seus atendimentos, do mesmo modo que, a partir do mês de março, a UFPA adotou a medida emergencial de trabalho remoto que foi orientada pela Portaria n. 1206/2020, que suspendeu (temporariamente) as suas atividades acadêmicas e administrativa presenciais, conseqüentemente o CUMB acatou as orientações institucionais e a Biblioteca Ricardo Teixeira de Barros também suspendeu as suas atividades, local em que se encontrava quantitativo considerável dos trabalhos defendidos na FACSS para a obtenção do título em bacharel em Serviço Social na versão impressa, não havendo versões digitalizadas ou em versão *Portable Document Format* (PDF)¹⁸.

Os TCCs, aos se constituírem como referências bibliográficas e documentos desta pesquisa, que iniciamos ainda em 2019 (antes da eclosão da pandemia do novo COVID-19) em leituras iniciais de elementos como título, resumo e introdução verificamos a inexistência de trabalhos no período de 2009 a 2019 sobre a questão étnico-racial. Araújo e Silva (2018) nos indicam que entre os anos de 2009 a 2012 foram defendidos 72 monografias de conclusão de curso na FACSS/CUMB/UFPA com temas que giravam em torno dos temas trabalhados pelas primeiras docentes da referida faculdade que eram: envelhecimento, educação, diversidade de gênero e sexualidade, políticas públicas e trabalho na Amazônia.

Quanto aos PPCs, considerando o período de 2009 a 2019, verificamos a existência de quatro, considerando que em 2009 tivemos dois, em 2011 foi elaborado o terceiro e em 2016¹⁹, o quarto e mais recente. Os PPCs de 2009 e 2011, não constam disciplinas voltada diretamente para o debate étnico-racial, entretanto encontramos a disciplina “Antropologia Cultural” que em sua ementa indica em uma de suas unidades tópicos sobre gênero e identidade em sua grade fixa, sendo que em 2012 ainda prevalecia o PPC de 2011.

A partir de 2016, com uma outra versão do PPC temos a disciplina “Relações de Gênero e Etnia” ministrada no oitavo período, sobre a qual fazemos algumas considerações quanto às principais categorias destacadas, que possuem dois conceitos complexos, como os de gênero e etnia, tornando ausente o termo raça. Porém, na descrição da ementa encontramos os seguintes conteúdos:

Construção social das relações de gênero. Sexualidade, raça e etnia e classe social. Serviço Social e relações de gênero. Gênero e Políticas Públicas. Reconhecimento da desigualdade de gênero e etnia: o sistema de cotas como mecanismos de ações afirmativas. Desigualdades étnico-raciais e estratégias de resistência.

Observamos que enquanto o nome da disciplina destaca os termos gênero e etnia, a descrição da mesma, de modo pontual, apresenta o termo “raça”, num primeiro momento, como

¹⁷ Sobre este assunto leia o artigo “Primeiro caso de COVID-19 no Brasil completa um ano” do jornal eletrônico Agência Brasil, publicada no dia 26/02/2021.

¹⁸ A partir de 2017 foram tomadas medidas para extinção de versões impressas de TCCS na Biblioteca Ricardo Teixeira de Barros do CUMB/UFPA para aceitarem somente as digitalizadas.

¹⁹ Este documento pode ser acessado em <http://www.ppc.proeg.ufpa.br/view/_paginas/pdfProjeto.php?idProjeto=95>.

um processo distante das possibilidades de perceber que os seus modos de realização também se dão dentro dos marcos da desigualdade, afastando a possibilidade de compreensão de que vivemos em uma sociedade que tem suas relações não somente pautada em papéis de gênero assimétricos e de diferenças étnicas. Contudo, o principal a ser observado seria justamente os equívocos de se silenciar uma importante categoria social e política que é a de raça, tomando-a como sinônimo de etnia.

Guimarães (2020b) destaca sobre a necessidade de compreendermos os significados de três importantes categorias para o debate étnico-racial, que seria os de “cor”, “raça” e “etnia”, que ainda são tratados de modo equivocado e dúbio, em que se enfatiza um e desconsidera ou invalida o outro. A autora ao pautar suas considerações sobre as orientações da cartilha de combate ao racismo elaborada pelo CFESS (2016), nos indica a importância de que estas categorias sejam realmente entendidas e trabalhadas pelos assistentes sociais que atuam em diferentes instituições a fim de garantir políticas afirmativas que sejam mais efetivas.

Quanto a etnia, Kabengele Munanga (2003, p.12), conceitua como algo que é social, cultural e psicológico, salientando que “uma etnia é um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território”. Para o autor o uso do termo etnia não é errado, porém alguns pesquisadores o preferem por ser algo pode ser mais apaziguador, amplo e “abrangente” a todos os indivíduos. Sendo algo totalmente contrário do conceito de raça que explica o racismo e as “raças hierarquizadas” de uma forma sócio-histórica na sociedade, isto é, imprimindo um posicionamento político, que pode e causa “desconforto” principalmente no Brasil.

A “cor” se refere ao fenótipo, à pigmentação, ao modo como a sociedade nos enxerga e lê a partir do tom da nossa pele, desatrelando os aspectos genotípicos desta leitura. Sendo isto uma herança direta das políticas eugenistas que vigoraram no país ainda nos fins do século XIX e século XX, resultando em uma cultura colorista que nos coloca dúvidas quanto às nossas raízes e identidade racial. Todavia, é um importante aspecto a ser considerado nas políticas públicas, devendo estar presente em nossos questionários socioeconômicos a fim de garantir ações afirmativas para os usuários lidos como pretos e pardos (GUIMARÃES, 2020b).

Ressaltamos que ao longo desta disciplina estes aspectos foram ressaltados sendo indicado inclusive por parte do corpo docente a necessidade de revisão do atual PPC. Pontuamos que independente do PPC em vigor (oficializado nas plataformas institucionais) os professores e professoras têm liberdade para formular as ementas das disciplinas e seus planos de ensino. De 2019 em diante, por meio de informações disponíveis em relatórios, identificamos estratégias de inclusão do tema da questão racial em eventos que ocorreram simultaneamente com as aulas. Contudo, antes de tratar sobre estes movimentos por dentro das disciplinas, observamos que esta inclusão passou a ocorrer após mobilizações engendradas por projetos de extensão.

Em consulta aos relatórios anuais da Faculdade de Serviço Social (de 2009 a 2019) identificamos que projetos de extensão e pesquisa que começaram a promover debates no CUMB, nas instituições públicas, dentro e fora do município de Breves/PA sobre a temática étnico-racial passaram a se dar a partir de 2017. Observe quadro a seguir:

QUADRO 2 – O debate étnico-racial nos Projetos de Pesquisa e Extensão da FACSS/CUMB/UFPA.

TÍTULO	ANO/VIGÊNCIA
EDUCAÇÃO EM/PARA OS DIREITOS HUMANOS: reflexões sobre Infância e Diversidade junto aos profissionais da educação pública do município de Breves (Marajó/PA),	2017-2018
SER NEGRO NO MARAJÓ: debates sobre direitos humanos e diversidade étnico-racial	2018-2019
SER NEGRO NO MARAJÓ: diálogos sobre direitos humanos e diversidade étnico-racial nos bairros periféricos do município de Breves	2019-2020
SER NEGRO NO MARAJÓ: registro de memórias, lutas, resistências e empoderamento”	2019-2020
DIREITOS HUMANOS, INFÂNCIAS E DIVERSIDADES NO ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ (DIDHAM)	2019-2021

FONTE: Elaborado pelas autoras a partir das informações disponíveis nos relatórios anuais da FACSS/CUMB/UFPA.

A partir de 2017 registra-se a realização de eventos voltados para a questão étnico-racial, promovidos pela FACSS, tais como a “Semana Ser Negro no Marajó” que ocorreu no mês de outubro do referido ano, suscitando cinco dias de diálogos, numa perspectiva interdisciplinar, contando a participação de professores da rede pública de ensino do município de Breves/PA. Desde então, anualmente este evento vem sendo realizado tomando diferentes abordagens. Abaixo apresentamos as artes (Imagem 1 e 2) utilizadas nos banners de divulgação dos eventos promovidos.

IMAGEM 1 – Banner da (Primeira) Semana Ser Negro no Marajó



Fonte: Arte elaborada pela equipe do DIDHAM (2017).

IMAGEM 2 – Banner do II Ser Negro no Marajó



Fonte: Arte elaborada pela equipe do DIDHAM (2018).

No primeiro evento não havia ainda um tema delimitado, situação que mudou em 2018 com a “II Semana Ser Negro do Marajó” que guiou-se pela tema “Nós temos direito à identidade e memória!”, partindo de uma leitura decolonial de direitos humanos, tratando sobre o nosso direito de ser e viver livremente a negritude, devendo ter resguardado o direito de ser feliz e gozar plenamente de nossa estética, ancestralidade e história. Posteriormente, foi-se articulando com a comunidade local e as lideranças a fim de se realizar ações que fossem articuladas com os demais movimentos do estado, contando com a participação, no ano seguinte, de professores doutores de outras instituições públicas e grupos de pesquisas como o

Centro de Estudo e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA). Imagens (3 e 4) de divulgação dos eventos posteriores podem ser observados abaixo:

IMAGEM 3 – Banner do III Semana Ser Negro do Marajó



Fonte: Arte elaborada pela equipe do DIDHAM (2019).

IMAGEM 4 – Banner do IV Semana Ser Negro do Marajó



Fonte: Arte elaborada pela equipe do DIDHAM (2020).

Em 2019, a III Semana Ser Negro do Marajó, teve como tema as “Mulheres negras movimentam a Amazônia”, tendo como parceiras/os pesquisadoras/es e professoras/es do CEDENPA, do Coletivo Feminista Juntas, do Instituto Federal do Pará/IFPA e da Universidade Federal do Amapá/UNIFAP.

No ano de 2020, em decorrência das retrições para o combate da pandemia do novo COVID-19, foi realizada a IV Semana Ser Negro do Marajó em forma de *live*²⁰, mobilizando pesquisadoras/es de Macapá, Tocantins, Goiás e representantes dos movimentos sociais de Breves/PA para dialogarem sobre as “epistemologias afrocentradas na Amazônia e o protagonismo do negro na construção do pensamento científico: entre correntes e liberdade”. Este encontro teve como principal objetivo problematizar o lugar relegado aos sujeitos negros e negras no conhecimento científico, a fim de romper com perspectivas eurocêntricas que perpetuam o racismo epistêmico e que nos negam percepções que tomem afrodescendentes como sujeitos sociais, históricos, políticos e produtores de conhecimento científico.

Destes movimentos impulsionados a partir de 2017, suscitados pela realização do primeiro evento, que se consolidou em projeto de extensão, passou a delinear-se caminhos para a inserção de um debate antirracista de maneira transversal nas disciplinas do Curso de Serviço Social do CUMB/UFPA, destacando-se “Psicologia Social”, “Legislação Social aplicada ao Serviço Social”, “Laboratório de Instrumentos e Técnicas do Serviço Social I, II e III” e “Seminários Temáticos de Educação e Serviço Social”, por meio de discussões realizadas dentro e fora de sala de aula, assim como na realização de outros eventos e pesquisas com a finalidade

²⁰ As gravações podem ser acessadas nas plataformas do *Facebook* (<https://www.facebook.com/dhinfanciamarajo>) e no *Youtube* (<https://www.youtube.com/channel/UC6XKyMo64VT-Q8YqwPASifQ>).

de serem avaliativas.

Na disciplina de “Psicologia Social” se deu início a produção de um documentário que reuniu relatos de jovens universitários negros quantos às suas vivências e experiências com o racismo, assunto até então silenciado. Na disciplina de “Legislação Social aplicada ao Serviço Social” que passou a incluir em sua ementa o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº. 12.288/10) e as suas intercessões com os demais direitos sociais, destacando a importância da criação de estratégias para a efetivação das políticas afirmativas. Assim como nas disciplinas de “Laboratório de Instrumentos e Técnicas do Serviço Social I, II e III” nas aulas práticas passaram a reforçar sobre a necessidade de incluir perguntas quanto à autodeclaração dos usuários das políticas públicas.

Ainda em 2019, por meio da disciplina de seminários temáticos de "Educação e Serviço Social” foi realizado em Melgaço/PA o “I Seminário de Serviço Social e Educação da FACSS/ Melgaço (Marajó-PA)”, que teve como tema *“Por uma educação mais justa para o Marajó”*, que dentre os debates contemplou considerações sobre a questão racial e o racismo na escola , junto às temáticas sobre gênero e a liberdade de expressão. Deste evento inicial foi solicitado pelos profissionais outros momentos semelhantes, mas que focassem somente na questão racial, assim, no ano seguinte, fevereiro de 2020, foi realizado o “I Seminário Ser Negro na Amazônia”, tendo sido o primeiro desta natureza no município.

Salientamos que não desconsideramos a importância dos demais projetos executados nesses anos de atuação da FACSS na formação de profissionais no Marajó, destacando que cada frente de atuação correspondem à importantes demandas que cotidianamente surgem como desafios a serem enfrentados pelo Serviço Social na região, considerando a variedade e amplitude das problemáticas sociais que atingem o referido território. Contudo, são notórias a necessidade de que esta rede se amplie e alcance as produções científicas do Serviço Social marajoara.

Logo, são inegáveis a importância destes projetos e a atuação engajada e comprometida da FACSS que promovem a aproximação entre universidade e comunidade, rompendo com o silenciamento sobre a identidade, o racismo, a história e a cultura do negro, bem como abordando sobre a diversidade em ser negro na Amazônia marajoara, fortalecendo lutas pessoais e coletivas de uma população repleta de possibilidades e potencialidades

5 CONCLUSÃO

Como indicado em diferentes seções deste artigo, o objetivo principal da pesquisa foi o de discorrer sobre a formação dos discentes da Faculdade de Serviço Social no Marajó, no período de 2009 a 2019, tomando como foco de nossas análises os trabalhos de conclusão de curso, os Projetos Pedagógicos registrados e os relatórios anuais da subunidade para então assim, termos um prospecto sobre esta demanda na realidade local. Entretanto, se fez necessário iniciarmos por uma análise sobre a sua recorrência no âmbito nacional e assim identificarmos as tendências que vão se reforçando para a profissão na atual conjuntura.

Como foi possível observar, primeiramente ao traçarmos o debate da pesquisa da questão étnico-racial no Serviço Social de uma forma mais ampla recorreremos às produções apresentadas nos Congressos Brasileiro de Assistentes Sociais/CBAS, evento que nos indica, em certa medida, como os pesquisadores assistentes sociais estão se posicionando neste debate. Em sua maioria os trabalhos são de cunho exploratório e bibliográfico, nos indicando que o Serviço

Social ainda está se aproximando e procurando se fortalecer teoricamente quanto ao tema. Quadro que nos demonstra sobre a complexidade da natureza teórica e metodológica do Serviço Social enquanto mais uma das várias áreas do conhecimento científico e a sua busca em não cair no ecletismo e pluralismo teórico e sim de produzir considerações que se alinhem ao seu projeto ético-político.

A proposta inicial do projeto de pesquisa seria a de realizar pesquisa de campo, recorrendo à entrevista com os profissionais que já estão atuando nas políticas públicas sociais de Breves/PA, a fim de compreender o desempenho da FACSS a partir de suas opiniões e perspectivas sobre a diversidade étnico-racial, porém o período inicial da pesquisa e de seu planejamento coincidiram com início da pandemia do COVID-19, como mencionamos anteriormente, em que neste momento não podíamos pôr em risco a saúde dos profissionais e nem a nossa, assumindo, assim, uma postura de responsabilidade perante a um quadro epidêmico tão grave.

Após optarmos por fazer uma pesquisa exploratória, bibliográfica e documental também encontramos dificuldades quanto às restrições impostas pelas medidas de isolamento social numa região atingida diretamente pela exclusão digital e que possui somente duas bibliotecas, sendo que somente uma possui livros acadêmicos disponíveis e ainda com restrições. O processo de organização de maneira que se adeque aos novos tempos tecnológicos, criando páginas e bancos de dados que sirvam como estoque de acervo bibliográfico ainda precisam ser iniciados. Logo, não seria de surpreender a não disponibilidade dos trabalhos de conclusão de curso em formato de *Portable Document Format* (PDF), além da presença de poucos trabalhos que debatem sobre Serviço Social e questão étnico-racial com foco na formação acadêmica desses profissionais.

Ao analisarmos as produções do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), em que encontramos somente um trabalho ao longo dos seus mais de vinte anos de existência, nos indica lacunas e fragilidades que devem ser desdobramentos, inclusive, dos cursos de graduação em Serviço Social que atuam no Pará (sejam as unidades de ensino públicas quanto as privadas) e que na pós-graduação acabam por não serem preenchidas e fortalecidas. Os apontamentos acerca da formação de assistentes sociais no Marajó não fogem da realidade nacional e regional. Contudo, diferente do PPC da Faculdade de Serviço Social (FASS) do Campus de Belém que ainda não possui uma disciplina específica para tratar das relações raciais, enquanto que na FACSS do Campus de Breves este debate, apesar das limitações epistemológicas, passa a ser pensado após a aprovação do novo PPC de 2016.

Os relatórios anuais nos apontaram que somente a partir de 2017 houveram projetos de extensão que buscaram refletir sobre o negro no Brasil, na Amazônia e conseqüentemente no Marajó. Esses pontos que são propostos para reflexão não são no sentido de desconsiderar o trabalho desenvolvido pela Faculdade de Serviço Social em Breves ao longo destes 11 anos, mas sim de refletir sobre o quanto a faculdade tem avançado neste debate e que ainda há um longo caminho a ser percorrido. Precisamos entender que a questão étnico-racial é algo transversal que pode e deve ser debatido em todas as disciplinas para que assim possamos entender que o não debate é reforçar uma história de apagamento e invisibilidade da população negra, como já mencionado anteriormente e fazemos questão de reforçar.

Como salientado logo no início deste artigo, esta pesquisa se constitui em desdobramento de ações de pesquisa e extensão do Programa e Grupo de Estudo DIDHAM que compõe uma das diferentes frentes de atuação da FACSS, nos mostrando e reafirmando a importância

da extensão universitária no percurso acadêmico não somente de nossos discentes e docentes, mas sobretudo da nossa comunidade e movimentos sociais, reforçando a tríade ensino, pesquisa e extensão que de modo articulado nos apresenta diariamente novas demandas e pautas de atuação.

No momento de realização desta pesquisa, decidimos ampliar o período estudado para que pudéssemos registrar que a partir de 2017 por meio do edital PIBEX 2017 o projeto de extensão “Educação em/para os direitos humanos: reflexões sobre Infância e diversidade junto aos profissionais da educação pública do município de Breves (Marajó/PA), realizou a I Semana Ser Negro no Marajó, surgindo como uma demanda apresentada pelos profissionais da rede pública de ensino, assim como de técnicos, discentes e docentes do Campus e de outras unidades de ensino superior que atuam em Breves/PA. Neste momento tivemos a oportunidade de pensarmos sobre racismo e identidade em uma região que historicamente teve negada a sua negritude.

O primeiro Ser negro no Marajó deu origem ao projeto de extensão pelo edital eixo-transversal em 2018. Este foi o pontapé inicial os primeiros questionamentos que deram base para que este trabalho fosse realizado, a partir da escuta da comunidade e ser estabelecido a troca de saberes. Lembrando que enquanto assistentes sociais que temos as dimensões ético-político, técnico-operativo e teórico-metodológico para nossas ações profissionais, o trabalho humanizado e sensível às demandas da população que atendemos também faz parte desses aparatos profissionais para que possamos olhar para aqueles que o Estado não enxerga.

A contextualização do racismo estrutural e a particularidades da Questão Social no Brasil, é primordial para compreendermos de que contexto social, econômico e político estamos situando nosso debate e que se o Serviço Social não romper com seu próprio racismo, manifesto na não apropriação correta dos conceitos, da história e sem se entender como parte da luta antirracista continuaremos contribuindo com o racismo. O embate necessita ser também epistemológico

6 REFERÊNCIAS

- ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Memória: 80 anos do Serviço Social no Brasil: o III CBAS “O Congresso da virada” 1979. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez Editora, n. 128, jan./abr. 2017.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra, R. de; FRAGA FILHO, Walter . **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ALMEIDA, Daniela dos Santos. **Justiça ambiental e racismo ambiental no Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Departamento de Direito, Rio de Janeiro, 2016.
- ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** São Paulo: Letramento, 2018.
- ANDRADE, Luana Ribeiro. **A Assistência Social fetichizada sob o predomínio da transferência condicionada de renda: uma análise no Cras Jardim Tropical na cidade de Breves/ Região do Marajó**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social)- Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Breves, 2013.
- ARAÚJO, Sara Soares de. **O debate étnico-racial na Faculdade de Serviço Social do Campus Universitário do Marajó/Breves (FACSS/CUMB/UFGPA) (2009-2019)**. Traba-

lho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social)- Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Breves, 2020.

ARAÚJO, Kássia da Silva; SILVA, Liliane Guedes. **Envelhecimento no município de Breves/PA: uma análise das monografias produzidas na Faculdade de Serviço Social do Campus Universitário do Marajó/breves (turmas de 2009 a 2012)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social)- Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Breves, 2018.

BARBOSA, Isabel Cristina Lopes; SOUZA, Giselle Moraes de. **A questão étnico-racial e o serviço social: por que pensar uma formação profissional antirracista?** In: Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2019: Marxismo Sem Tabus – Enfrentando Opresões, 2019. Niterói: Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx), 2019. v. 1. p. 1-29.

BARBALHO, Max William Monteiro. **Entre os rios e florestas: caminhos da formação profissional do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pará- Campus Marajó-Breves**. 129 f. Trabalho de conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social)- Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Breves, 2018.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2001.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. Coleção Consciência em debate. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CFESS/Comissão de Ética e Direitos Humanos CFESS. **Assistente Social no combate ao preconceito – racismo**. Brasília (DF), 2016.

Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais-CBAS. 40 anos da virada. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/issue/view/1>> . Acesso em: 25/11/2020

COSTA, Gracyelle. Assistência Social, no enlace entre a cor e gênero dos (as) que dela necessitam. In: **O Social em Questão**. Ano XX, n. 38, mai a ago/2017 (227-246).

FONSECA, Dagoberto José. **Políticas Públicas e ações afirmativas**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48ª ed. São Paulo: Global editora, 2003.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. In **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018.

GONÇALVES, Amanda Cristina Oliveira et al. Marajó In: ALVES, Fábio (Org.) **A função socioambiental do patrimônio da União na Amazônia**. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9677/1/Maraj%0c3%0b3.pdf>>. Acesso: 14/10/2018.

GONZALES, Lélia. **A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica** In: RODRIGUES, Carla; BORGES, Luciana; OLIVEIRA (Org). Problemas de Gênero. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2016.

GUIMARÃES, Jacqueline Tatiane da Silva. *Apresentação - Como o coronavírus vem vulnerabilizando a população marajoara?* In: **OBSERVATÓRIO DO MARAJÓ/LUTE SEM FRONTEIRAS. 40 dias de Marajó com Coronavírus. Cadernos do Marajó – Edição Especial, publicado no dia 01/06/2020a.**

Disponível em <www.observatoriodomarajo.org>. Acesso: 01/06/2020.

GUIMARÃES, Jacqueline Tatiane da Silva. *Ser negro no Marajó: notas sobre identidade e racismo na amazônia paraense*. @*Arquivo Brasileiro de Educação*, Belo Horizonte, v. 8, n. 17, 2020b. (p. 80-106).

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 40.ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26º ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Breves. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/breves/panorama>>. Acesso em: 29/09/2020.

LARA, Ricardo. Pesquisa e Serviço Social: da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva ontológica. In: **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.10, n. esp., p.73-82, 2007.

MAGALHÃES, Cleide. Os municípios do Marajó têm carência de equipamentos para diagnósticos de doenças. *Jornal O Liberal*, Pará, 24 de jul. de 2019. Disponível em <<https://www.oliberal.com/para/munic%C3%ADpios-do-maraj%C3%B3-t%C3%AAm-car%C3%AAncia-de-equipamentos-para-diagn%C3%B3sticos-de-doen%C3%A7as-1.175957>>

Marajó. Disponível em <<https://expedicaopara.com.br/mesorregiao/marajo/di%C3%A1logos>>. Acesso: 12/03/2021.

MARQUES JUNIOR, Joilson Santana. **Ser negro e as mortes por “equivoco”: naturalizando balas racializadas** In: 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social” Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019.

MARTINS, Paloma Afonso; CARRIJO, Christiane. A Violência Doméstica e Racismo Contra Mulheres Negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 2, e60721, 2020.

MOURA E SILVA, Mateus Lôbo de Aquino. **Casa-grande & Senzala e o mito da democracia racial**. In: ANPOCS, 27, 2015, Caxambu. Anais do 39º Encontro Anual da Anpocs. Caxambu: ANPOCS, 2015.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 4º ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no III Seminário Nacional Relações Raciais e Educação - PENESB-RJ, em 05 nov. 2003. Disponível em <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>. Acesso: 20/11/2019.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

OLIVEIRA, Marta Juliana. Serviço Social e o silenciamento sobre as questões étnico-raciais. In: **Revista Ser Social**, Brasília, n.41, jul. - dez/2017. (p.385-397).

OSÓRIO, Rafael Guerreiro . Desigualdade racial e mobilidade social no Brasil: um balanço das teorias. In: THEODORO, Mário Lisboa (Org.). **As Políticas Públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008

PACHECO, Agenor Sarraf. Cartografia e fotoetnografia das águas: modos de vida e de luta na Amazônia Marajoara. In: **Revista Iluminuras**, Porto Alegre, n. 46, v.19- jan – jul/2018. (p.63-98).

PNAD Contínua, **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707_informativo.pdf> Acesso em: 24/09/2020.

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS/UFPA. Disponível em: <<http://ppgss.propesp.ufpa.br/index.php/br/programa/apresentacao>>. Acesso em: 27/10/2020.

Racismo ambiental: o que é importante saber sobre o assunto. **Portal Geledés**, 15 de out. 2019. Disponível em: <www.geledes.org.br>. Acesso em: 24 de janeiro de 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual antirracista**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, Gevanilda. **Relações Raciais e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

SANTIAGO, Noême de Jesus Rodrigues. RODRIGUES, Nair de Jesus. **“Olha, nega do cabelo duro”: algumas considerações sobre o processo de vulnerabilidade da mulher negra no Brasil**. In: 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social” Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019.

SALAZAR, Sílvia Neves; NICÁCIO, Natália S. 41 anos do Congresso da Virada do Serviço Social brasileiro: a importância da consolidação teórico-prática e do Projeto Ético Político em nossa história. **Conselho Regional de Serviço Social – Espírito Santo (CRESS- 17a. Reunião)**, 19/09/2020. Disponível em <<http://www.cress-es.org.br/41-anos-do-congresso-da-virada-do-servico-social-brasileiro-a-importancia-da-consolidacao-teorico-pratica-e-do-projeto-etico-politico-em-nossa-historia/#:~:text=Passados%2041%20anos%20do%20III,interesses%20hist%C3%B3ricos%20da%20classe%20trabalhadora>>. Acesso: 20/12/2020.

SALERA JÚNIOR, Giovanni. **Breves: História e Cultura do Marajó**. Breves: SEMED, 2014.

SETÚBAL, Aglair Alencar. **Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Christiane Pimentel e. Considerações sobre o narcotráfico no Marajó: reflexões sobre o desemprego e a ilegalidade: In: **Emancipação**, Ponta Grossa, v.11(1), p.91-103, 2011. Disponível em <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao>> Acesso: 03/04/2021.

THEODORO, Mário. As características do mercado de trabalho e as origens da informalidade no Brasil. In: RAMALHO, Jether Pereira; ARROCHELLAS, Maria Helena (Orgs.). **Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil**. São Paulo: Cortez; Petrópolis, RJ: Centro Alceu Amoroso Lima para à Liberdade - CAALL, 2004.

UFPA. *Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social - FACSS/Breves*. Breves: FACSS, 2016.

15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Disponível em <<https://cbas2016.bonino.com.br/>>. Acesso: 12/10/2020.